

Redes em processos migratórios*

Oswaldo Truzzi

Esse artigo busca explorar a utilização do conceito de redes em processos migratórios. Nesse campo de estudos, o enfoque de redes sucedeu a aplicação da noção de cadeias migratórias, de certo modo ampliando-a. Estas, por sua vez, vinculam-se a uma forma específica de migração nos quadros de uma tipologia mais ampla. Após retrazar a gênese de aplicação do conceito de redes em processos migratórios, este artigo mostra como informações e recursos providos por meio de redes influenciam tais processos; compara as vantagens da utilização do conceito, em relação a outros paradigmas explicativos, para esclarecer tanto a escolha de destinos como a inserção no mercado de trabalho na sociedade receptora; e discute as oportunidades e as dificuldades de emprego do conceito de redes nos estudos migratórios. Com base em exemplos de experiências migratórias colhidos na literatura, argumenta-se que a noção de redes é crucial a todos os que almejam entender migrações – históricas ou contemporâneas – como um processo social.

*Agradeço as sugestões dos pareceristas da *Tempo Social*, que contribuíram para a versão final deste artigo.

Tipologias migratórias

Charles Tilly, em um influente artigo publicado originalmente em 1978, após reconhecer que existe uma boa dose de arbitrariedade na definição de quem é imigrante, procura estabelecer tipologias migratórias associadas a duas variáveis que considera importantes: a *distância* entre origem e desti-

no, e o grau de *ruptura* (com a origem) de quem emigrou, seja um indivíduo, uma família, um trabalhador etc. Essas duas variáveis indicam a fronteira, ainda que sempre arbitrária, entre um simples deslocamento ou mobilidade e uma experiência migratória. Assim, tanto deslocamentos de curta distância, mesmo que definitivos, como uma viagem turística ao Japão, mesmo que do outro lado do planeta, escapam ao que normalmente compreendemos por fenômeno migratório.

De caráter distinto desse tipo mais comum de mobilidade, as migrações abrangem outras categorias e, sempre segundo Tilly (1978), podem ser classificadas em:

- a) Locais: quando o indivíduo se desloca a um mercado (seja este de trabalho, de terras, seja mesmo matrimonial) geograficamente contíguo, que normalmente já lhe é familiar.
- b) Circulares: quando o indivíduo se desloca a um mercado por um determinado intervalo de tempo definido, ao cabo do qual retorna a sua origem.
- c) De carreira: em que o indivíduo se desloca respondendo a oportunidades de ocupação de postos oferecidos por uma organização a que pertence ou associados a uma profissão que já exerce¹.
- d) Em cadeia: que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino².

1. Clérigos pertencentes a uma ordem religiosa como a dos escabrinianos, por exemplo, vindos ao Brasil para prestar assistência aos emigrantes italianos, constituem um caso típico de emigração de carreira.

2. Mais tarde, esse mesmo autor reformulará parcialmente tais categorias, adicionando a de migrações colonizadoras (quando segmentos de uma dada população se deslocam a territórios anteriormente não ocupados por ela) e sugerindo que as variáveis cruciais para a tipologia são o grau com que os imigrantes retêm posições na rede social de envio e o grau em que o deslocamento é definitivo (cf. Tilly, 1990, p. 88).

São esses os tipos mais comuns e, como se trata de um artifício classificatório, é conveniente observar que as fronteiras entre eles, bem como entre estes e a categoria anterior de simples mobilidade, são ambíguas. Assim, por exemplo, é lícito perguntar como se enquadram as emigrações de pioneiros nessa categorização. Algumas das regiões da Europa que mais forneceram emigrantes que cruzaram o Atlântico, ao longo do século XIX, já contavam com uma larga experiência de deslocamentos menores no interior do próprio continente europeu, normalmente para regiões vizinhas, onde o emprego era mais fácil ou os salários maiores. Migrações locais parecem, assim, ter contribuído para a formação de uma *cultura migratória* (cf. Massey *et al.*, 1993, pp. 452-453) que pôde se tornar, após algum tempo, intercontinental. Como exemplo, tome-se inicialmente o caso de emigrantes procedentes do Vêneto, região do nordeste da Itália que mais contribuiu para o estoque de italianos no Brasil (cf. Franzina, 2006; Alvim, 1986; Trento, 1989). A literatura italiana aponta para essa região um histórico

anterior de emigração a países vizinhos, sobretudo à França, num movimento que pode ser caracterizado como de emigração local ou circular. Essa tradição ou cultura da emigração, a partir da penúltima década do século XIX, facilitou o deslocamento ao Brasil nos quadros de uma emigração em cadeia, em que parentes, conterrâneos e agentes de propaganda agiam como uma corrente transmissora de informações que alimentavam os deslocamentos.

Historicamente, sabe-se também que alguns fluxos ultramarinos tiveram início com indivíduos que habitavam zonas costeiras, normalmente portuárias (genoveses na Itália, por exemplo). Antigos marinheiros, acostumados a determinados trajetos, aos quais depois é oferecida a oportunidade de se fixar em um determinado destino, podem ser compreendidos como migrantes de carreira. Se essa implantação ocorre apenas transitoriamente, ao longo de períodos sucessivos, ela acaba se tornando circular. As altas taxas de retorno para a emigração italiana ao Brasil de modo geral podem sugerir não necessariamente apenas fracassos, mas uma emigração de caráter circular, ao menos para alguns estratos específicos (como comerciantes importadores, por exemplo) que se dispusessem a repetir a viagem e a estadia no Brasil algumas vezes como estratégia de longo prazo para acumular algum pecúlio.

De outro modo, é natural que uma emigração com características circulares acabe deixando residualmente, com o decorrer dos anos, alguns indivíduos estabelecidos no local de destino. Esses pioneiros, sobretudo se bem-sucedidos, podem agir como elementos de atração para que outros eventualmente se estabeleçam, facilitando a fixação de novos ingressantes em caráter permanente. Ao cabo de alguns anos, a emigração outrora circular pode assumir uma característica de cadeia. Migrações em cadeia surgem assim como o modo natural de desenvolvimento de um fluxo migratório para aqueles que não são os pioneiros, os desbravadores de um novo destino.

O interessante dessa classificação é que, apesar das sobreposições, os tipos em questão tendem a exibir certas características peculiares. Emigrações circulares tendem, por exemplo, a ser sexualmente seletivas, tanto para homens como para mulheres, dependendo da ocupação oferecida no local de destino. Emigrações em cadeia e de carreira tendem, por sua vez, a contemplar destinos mais distantes, embora a segunda geralmente envolva um número maior de destinos (multipolaridade) que a primeira. Também as emigrações locais e as de carreira tendem a ser majoritariamente indivi-

duais, enquanto as circulares e sobretudo as em cadeia tendem mais a envolver famílias.

Cadeias e redes migratórias

Seja no bojo da experiência histórica de recepção de imigrantes, inaugurada ainda na segunda metade do século XIX, seja na moldura recente de emigração de brasileiros para o exterior, o fenômeno das migrações em cadeia é aquele que nos interessa mais de perto. Na literatura teórica sobre a experiência migratória de diversos grupos, o fenômeno das cadeias migratórias e das redes sociais que as sustentam vem recebendo atenção crescente (cf. Tilly, 1990). O termo cadeias, concebido na década de 1960 por pesquisadores australianos, foi originalmente definido “como o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores” (MacDonald e MacDonald, 1964, p. 82).

Baily, analisando o caso dos italianos na Argentina, propôs uma definição de cadeias relativamente similar, referindo-se a “contatos pessoais, comunicações e favores entre famílias, amigos e *paesani* (conterrâneos de um mesmo *paese*, ou aldeia) em ambas as sociedades, emissora e receptora”, atuando como “fatores fundamentais para determinar quem emigrava, como escolhiam seu destino, onde se estabeleciam, como obtinham trabalho e com quem se relacionavam socialmente” (1985, p. 47).

Tais definições, relativamente amplas, contemplavam na verdade alguns tipos bastante distintos de cadeias migratórias: as migrações de homens solteiros por intermédio de agentes recrutadores (*padroni*, como se convencionou chamar na literatura norte-americana); a imigração contínua de trabalhadores incentivada pela ajuda de outros indivíduos trabalhadores já instalados; e a imigração defasada da família, quando esposa e filhos se reúnem ao marido que anteriormente havia partido em busca de trabalho. Incomodado com essa variedade de situações que tais definições podiam abarcar, Devoto procurou delimitar com maior precisão o termo, restringindo sua abrangência, ao propor que o mecanismo de emigração em cadeia deveria se diferenciar

[...] de pelo menos outros três tipos: a) emigração por meio de mecanismos de assistência impessoais; b) emigração por meio de mecanismos semi-espontâneos, em que

o processo começa incentivado por informações de parentes e de conterrâneos, ou “públicas”, mas o movimento é produto de iniciativas e de recursos de um indivíduo ou de uma família isoladamente; c) emigração por intermédio de *padroni* ou de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, nos quais a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia (1988, s/p).

Essa definição mais restrita de cadeias contrasta com o emprego mais genérico da expressão “redes migratórias”.

Para Massey, redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade” (1988, p. 396). Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos” (Kelly, 1995, p. 219).

De qualquer modo, o emprego dos termos cadeias e redes, em suas acepções mais restritas ou abrangentes, procura sublinhar a circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto *informações*, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como *recursos*, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros.

Financiamento da imigração e estratégias familiares

Do ponto de vista deste último tema – os *recursos* para a viagem –, observou-se que, no marco das cadeias migratórias, em várias ocasiões, o próprio contato no país de destino do potencial emigrante facilitava parcialmente ou mesmo financiava integralmente sua viagem. Este podia ser um parente (é muito comum, por exemplo, tios chamando sobrinhos, ou irmãos chamando irmãos) ou um conhecido já instalado na região de destino, que buscava convencer indivíduos à emigração.

Isso desde já não elimina a possibilidade, também muito comum, de o próprio indivíduo se responsabilizar pelos custos da travessia atlântica. Nesse caso, mais usual era que não o indivíduo isoladamente, mas a família tomasse uma decisão no sentido de enviar um ou mais de seus membros à emigração, num cálculo de que alguns anos de América poderiam favorecer estratégias familiares diversas: ora evitar a proletarização iminente, ora manter ou melhorar o *status quo* relativo da família na aldeia de origem, ora saldar dívidas contraídas, ora aumentar uma propriedade rural diminuta, incapaz de absorver todos os herdeiros, ora preservar a autoridade paterna, ora mesmo diversificar o risco enviando alguns filhos à América.

Em todos esses casos, o importante é assinalar o contexto da economia doméstica e do chamado ciclo de vida familiar (cf. Brettell, 1986; Stark, 1991), capaz de tecer diferentes estratégias migratórias, normalmente perseguidas mais por famílias do que por indivíduos isolados. Em muitas ocasiões, a família como um todo emigra quando a relação entre bocas para alimentar e braços para trabalhar é favorável, isto é, quando os filhos estão adentrando a adolescência. Tal estratégia foi muito comum entre os imigrantes que chegaram ao Brasil, seja como colonos na lavoura cafeeira paulista, seja como colonizadores rurais nos estados do Sul do país e do Espírito Santo.

Em outras ocasiões, emigra-se ainda jovem, quando os entusiasmos (e provavelmente também as ilusões) são maiores e, sobretudo, quando se avalia que os potenciais benefícios advindos da emigração poderão ainda ser usufruídos, justamente porque se estima ter muitos anos de vida pela frente. Em outras, ainda, emigra-se porque o sistema de herança praticado na origem não comporta a permanência de todos os herdeiros na propriedade rural familiar, predispondo indivíduos a considerar seriamente a alternativa da emigração. Em alguns casos, jovens inquietos em busca de oportunidades receberam sua parte da herança na forma de passagens à América.

Como alternativa, determinados núcleos familiares podem ter a estratégia de enviar em primeiro lugar o chefe, individualmente, para sondar oportunidades e enfrentar o período mais crítico de adaptação à nova terra. Ao cabo de alguns anos e de várias remessas monetárias, os demais membros da família vão também se deslocando, reunindo-se progressivamente ao pioneiro, num processo característico das imigrações em cadeia.

Por fim, o agente financiador da emigração poderia ser um recrutador interessado em canalizar indivíduos ou famílias para uma determinada região. No caso brasileiro, essa forma de financiamento foi muito importan-

te, sobretudo se comparada ao contexto internacional. Nos Estados Unidos houve, como já se mencionou, emigração de indivíduos italianos financiados por agentes recrutadores interessados em prover mão-de-obra barata, sobretudo para trabalhar em serviços públicos. Estabeleceram-se assim laços clientelistas entre turmas de trabalhadores oriundas de uma determinada região e os *padroni*, elementos que recrutavam e “apadrinhavam” tais contingentes. Os imigrantes recrutados por esse sistema ficavam, assim, à disposição de consignatários locais até que pagassem integralmente com seu trabalho o custo de suas passagens.

Mas o fenômeno da imigração subsidiada realmente assumiu proporções muito mais notáveis no Brasil, sobretudo em São Paulo. Nesse caso, o financiamento contínuo, ao longo de décadas³, e público (bancado pelo governo) priorizou a vinda não de indivíduos isolados, mas de famílias inteiras dispostas ao trabalho como colonos nas fazendas de café. Também ali se estabelecia um vínculo de obrigações (e, por conseqüência, muitos conflitos) entre as famílias de colonos e os proprietários, até que as primeiras lograssem, ao cabo de anos de trabalho, pagar suas dívidas relativas ao financiamento da viagem transatlântica. Na experiência paulista atuaram em momentos diversos tipos distintos de agente recrutador e financiador da emigração: o fazendeiro diretamente, empresas particulares (como a firma Vergueiro) ou agentes contratados a serviço do governo.

3. Na Argentina, por exemplo, a imigração subsidiada manteve-se apenas por três anos, sendo encerrada após um amplo debate que acentuou as desvantagens de promoção de uma imigração considerada “artificial” (cf. Devoto, 2004).

Informação e confiança nos processos migratórios

No que concerne ao tema da *informação*, constitui uma variável-chave o modo como esta se dissemina. Tal processo é normalmente concebido por meio de redes, cujo grau de abrangência pode variar muito. Há redes circunscritas a círculos familiares, há outras mais extensas que perpassam informações a toda uma aldeia, e aquelas ainda maiores, que exercem impacto sobre toda uma microrregião. Inicialmente, aceitava-se como razoável um modelo no qual a variável-chave era a distância. Quanto mais próxima uma aldeia de outra da qual haviam partido imigrantes, maior seria a possibilidade de “contágio” da “febre” emigratória.

Tome-se como exemplo a seguinte passagem, extraída de um relatório de uma missão presbiteriana no Oriente Médio, no final do século XIX:

[...] a febre emigratória não apresenta indícios de diminuir. Chegou a tornar-se uma mania. Tirou das nossas igrejas alguns dos seus membros mais úteis; muitos

dos professores dão sinais de inquietude [...]. A emigração, como um fermento possante, agita todas as aldeias e povoados de nosso campo. Todo mundo está em movimento e ninguém parece disposto a ficar, desde que possa, de um jeito ou de outro, arranjar dinheiro suficiente para pagar a viagem (Knowlton, 1961, p. 29).

Os próprios termos empregados na descrição do fenômeno sugerem um modelo “epidemiológico” de disseminação de informações.

Contudo, observou-se que obstáculos geográficos ou, o inverso, eixos de circulação importantes (estradas ou vales de rios, por exemplo) influenciavam a morfologia da disseminação da informação (cf. Otero, 1992). Além disso, Grieco (1987) criticou o pressuposto da proximidade física, argumentando que, na verdade, vínculos pessoais fortes, nos quais existe o reconhecimento de relações (obrigações) recíprocas, são mais determinantes para fundamentar a decisão de emigrar. Em outras palavras, conforme endossou Ramella, a informação não é “a mesma para todos os vizinhos e conterrâneos de uma aldeia, nem necessariamente se transmite de vizinho a vizinho, porque os canais por meio dos quais ela passa são as relações sociais fortes, que prescindem da distância e, por conseguinte, da frequência de contatos. Em conclusão, a informação não se difunde por epidemia” (1995, p. 20).

Essas e outras considerações levaram muitos autores a utilizar o aparato conceitual de redes (cf. Granovetter, 1973) – com densidades distintas, laços fortes e fracos etc. – como modelo apropriado para representar a maneira como informações relevantes para a decisão de emigrar se disseminavam. Informações sobre oportunidades ou sobre dificuldades fluem, auto-regulando o sistema. Assim, cada informação sobre um indivíduo em sua trajetória influencia o sistema como um todo.

Nesse mesmo sentido, outro ponto importante é a confiabilidade atribuída a tais informações, o que enfatiza a importância das chamadas relações sociais primárias. A pessoa ou a família que pensava em emigrar tendia a confiar mais nas informações fornecidas, ao vivo ou por carta, por um parente, vizinho ou amigo, por exemplo, do que nos folhetos de propaganda distribuídos por um agente recrutador, cujos lucros dependiam apenas do número de indivíduos que conseguisse colocar a bordo de um vapor. Assim, os contatos pessoais tornavam-se mais importantes, porque mais confiáveis do que as informações não pessoais.

Não há necessidade, por outro lado, como observou Martes (2000) analisando a chegada recente de brasileiros na região de Boston, que os laços que ligam os imigrantes às diversas redes sejam muito robustos: “Um ende-

reço do conhecido de um amigo, do parente de um parente ou de um padre ‘que ajuda os brasileiros a ir para lá’ pode ser suficiente”. A autora, após identificar cerca de seis redes sociais que deram início ao movimento migratório, conclui que,

[...] de modo geral, é por meio das redes que são veiculadas informações e opiniões que condicionam a favor da emigração [...]. As redes sociais, geralmente de parentesco, amizade ou mesmo religiosas, são fundamentais para explicar como os brasileiros chegam aos Estados Unidos, sobretudo porque elas ajudam a reduzir o custo psicológico e econômico da emigração (Martes, 2000, p. 73).

Nesses termos, é sempre conveniente distinguir entre redes sociais e redes migratórias, as primeiras preexistindo e por vezes alimentando as segundas.

Isso significa afirmar que os mapas mentais dos que pensam em emigrar são diferentes dos mapas geográficos. Locais em outro continente, mas com parentes e empregos, podem ser emocional e materialmente próximos, enquanto espaços sociais vizinhos, mas sobre os quais não se tem muitas referências, podem parecer muito distantes. Os emigrantes potenciais preferem informação e, sempre que possível, de confiança (cf. Hoerder, 1999).

Redes em contraposição a outros paradigmas explicativos do fenômeno migratório

Tais ordens de consideração, exploradas em termos de tradição disciplinar mais por historiadores e antropólogos do que por economistas (cf. Baines, 1994), acabaram por trazer o conceito de redes para o centro da decisão de emigrar. Tal *parti pris* recupera, por assim dizer, o papel do agente e de sua rede de relações na decisão de partir, em contraposição ao clássico modelo *push-pull*, no qual são enfatizadas as condições estruturais das regiões de origem e de destino dos imigrantes. Desse modo, atuando no interior de redes de relações pessoais, o emigrante, individualmente ou em um núcleo familiar, passou a ser visto como um agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos relacionais não apenas para escolher destinos, mas também para se inserir no mercado de trabalho na sociedade receptora. Dito em outros termos, o migrante passou a ser visto como agente mobilizador de seu capital social. Assim, as variáveis relacionais, frequentemente acomodadas em uma história narrativa, deslocam, disputam ou pelo menos

completam a explicação dos fenômenos migratórios oferecida pela abordagem estruturalista.

Elege-se, mesmo que as fontes empíricas sejam mais raras e trabalhosas, o indivíduo e suas relações como foco de análise (cf. Míguez, 1995). Do ponto de vista do esforço da pesquisa, isso significa uma clara opção pela micro-história (cf. Levi, 2001), normalmente traduzida por uma redução da escala de observação e pelo uso intensivo de fontes nominativas, na convicção de que uma observação microscópica revelará aspectos e significados até então não observáveis em análises macro. Pode-se partir de indivíduos a princípio tomados isoladamente, mas o que se persegue é identificar e recuperar suas redes de relacionamento.

Ainda que vislumbrada por alguns como mero instrumento de pesquisa ou método de análise, no fundo a perspectiva de redes tenta explicar como são forjadas as relações sociais. Aplicadas aos fenômenos migratórios, aposta-se que as redes fornecem contextos sociais de referência para o indivíduo que deseja emigrar, tornando-se assim um instrumento valioso para estudar a ação social, já que elas são capazes de condicionar comportamentos. Tal paradigma encontra-se em franca oposição aos pressupostos tanto da teoria econômica neoclássica, segundo os quais as relações sociais produzem efeitos nulos ou marginais sobre o comportamento do indivíduo (indivíduo hipossocializado), como da teoria sociológica funcionalista, na qual, ao contrário, o indivíduo normativamente orientado (hipersocializado) encontra pouco espaço para uma ação autônoma. Como argumentou Levi, “toda a ação social é vista como o resultado de constantes negociações, manipulações, escolhas e decisões do indivíduo em face de uma realidade normativa que, embora abrangente, oferece, no entanto, múltiplas possibilidades a condutas e interpretações individuais” (2001, p. 98).

De modo similar, Brettell e Hollifield argumentaram que “a teoria das migrações mediadas por redes é bastante distinta das teorias embasadas nos modelos de escolha racional ou de tomada de decisão preferidos por alguns economistas e cientistas políticos” (2000, p. 107). Em contraposição a teorias de mercado que pressupõem a tomada de decisão dos imigrantes com base primordialmente em análises financeiras de custo-benefício, o recurso às redes muitas vezes é capaz de emprestar maior concretude aos processos migratórios.

Na realidade, a perspectiva de analisar os processos migratórios por meio das redes não deixa de considerar os imigrantes como agentes econômicos

(e, portanto, como tomadores de decisões que potencialmente maximizarão sua situação econômica), mas também recupera as variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com as de caráter econômico. Justamente esse *plus* na análise é que muitas vezes permitirá distinguir as sutis diferenças entre grupos ou comunidades francamente envolvidas em processos migratórios e outras que não, embora às vezes muito próximas geograficamente.

Por outro lado, o enfoque também pode esclarecer por que em muitas ocasiões determinados fluxos migratórios se estendem ou se perpetuam, mesmo quando mudanças nas condições econômicas ou políticas (tanto na origem como no destino) em tese deveriam refreá-los. Isso ocorre porque as redes migratórias podem se tornar auto-alimentadoras: cada novo migrante reduz o custo de migrações subseqüentes para o conjunto de seus amigos e parentes, de modo que alguns destes são, portanto, induzidos a emigrar, o que amplia, por sua vez, o conjunto de indivíduos com vínculos no exterior (cf. Massey *et al.*, 1993, p. 449).

A rede associa migrantes a não-migrantes através do tempo e do espaço. Uma vez iniciados, os fluxos migratórios tornam-se auto-alimentados, na medida em que refletem a instauração de laços e de redes de informação, assistência e obrigação que se desenvolvem entre o imigrado na sociedade de destino e amigos e parentes que permaneceram na área de origem (Boyd, 1989, p. 641).

Esse fenômeno, identificável, por exemplo, na imigração de mexicanos aos Estados Unidos ou de imigrantes de variadas nacionalidades que sucederam ao sistema *guestworker* na Europa, é apropriadamente denominado por alguns autores de *efeito estoque*: mesmo que cessadas as condições estruturais que lhes deram início, os fluxos populacionais persistem porque o estoque de indivíduos de uma determinada origem incentiva e facilita a vinda de parentes ou conterrâneos.

Passada a fase de deslocamento dos pioneiros, qualquer processo migratório de massa sempre tende a associar demandas e ofertas de mão-de-obra. O conceito de redes enfatiza que essas duas esferas entram em contato e se concretizam no interior de uma trama de relações pessoais, através das quais fluem as informações sobre trabalho disponível. São as relações pessoais que determinam quem partirá e tomará tal trabalho. A informação não é concebida como um bem livre: os indivíduos compartilham e dispõem de informações limitadas, sempre dependentes de sua rede de relações. Nessa

perspectiva, são, portanto, as redes de relações sociais que estruturam oportunidades tanto de partir como de se colocar no novo país.

Tome-se ainda, por exemplo, numa outra linha de análise, um autor como Sayad. Ao discutir o retorno dos migrantes à sua terra natal, ele argumenta que tal questão necessariamente pressupõe vários modos de relações – com o tempo (de ontem e do futuro), com a terra (a natal e a nova) e com “o grupo: aquele que se deixou fisicamente, mas que se continua a carregar de uma maneira ou de outra, e aquele no qual se entrou e ao qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar” (2000, p. 12). Não há aqui a adoção explícita de uma perspectiva de redes, mas é evidente a consideração das relações sociais do imigrante,

[...] na medida em que todo indivíduo é em princípio membro de um grupo original e, em seguida, membro de vários outros grupos que se diria ‘segundos’, mas não necessariamente secundários, sobretudo no caso da imigração, em que se é inevitavelmente membro, de certa maneira, da sociedade de imigração e de outros grupos ainda, entre os quais os grupos dos imigrantes (de mesma origem ou de origem diferente) (*Idem*, p. 13).

O papel estratégico das redes na sociedade receptora

De fato, nesse último sentido, compreende-se que os vínculos sociais possam ser valorizados não apenas na sociedade de origem, instruindo a decisão de emigrar, mas também na sociedade de recepção, após a emigração. Daí o valor estratégico dos vínculos comunitários também no período de integração à nova sociedade, normalmente estudados segundo uma série de indicadores, entre os quais os padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e o vigor das associações étnicas (especialmente associações de socorro mútuo organizadas por origem) são os mais comuns. O que se deseja, em cada um desses casos, é justamente aferir o grau em que as redes pré-emigratórias ainda operam no novo país, a ponto de influenciar, respectivamente, aglomerações espaciais, opções profissionais, taxas de endogamia e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes (cf. Ramella, 1995).

Tome-se o caso das chamadas etnias comerciais que vieram a São Paulo. É admirável, por exemplo, o vigor com que as redes de sírios e libaneses operaram historicamente a construção de um nicho ocupacional no setor de armarinhos e confecções em São Paulo, e mesmo em todo o Brasil (cf.

Truzzi, 1997). O mesmo pode ser dito em relação ao papel das redes na rápida mobilidade socioeconômica dos judeus. Ou, ainda, atente-se para sua importante função no fornecimento de crédito entre coreanos, segundo o mecanismo conhecido por *kye* (cf. Choi, 1991; Truzzi, 2001).

Entre os principais grupos de imigrantes que vieram a São Paulo (italianos, portugueses e espanhóis), é provável que redes menores, ainda que não abrangendo o conjunto de imigrantes de qualquer dessas nacionalidades, tenham igualmente operado, mesmo que o financiamento da imigração pelo governo e a alocação, por vezes casual, dos imigrantes nas fazendas cafeeiras tenham em parte enfraquecido o papel exercido pelas redes.

Na verdade, não são apenas as redes de relações tecidas anteriormente à emigração que desenharão os vínculos étnicos na sociedade receptora: a própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes. Desde o embarque no vapor, novas redes vão se configurando, porque indivíduos e famílias se reconhecem na mesma condição (cf. Fausto, 1998, p. 15). Foi assim que, por exemplo, imigrantes com identidades e culturas próprias, provenientes de diversas regiões da Itália, descobriram-se italianos no Brasil (cf. Trento, 1989; Alvim, 1986; Bertonha, 2005), e hoje brasileiros no exterior se reconhecem e desenvolvem identidades próprias ao grupo, porque compartilham da condição comum de imigrantes. Tilly (1990), por exemplo, refletindo sobre essa questão, proporá que as redes de envio e de recepção de migrantes interagem e conformam novas redes, formadoras de novas sociabilidades.

Usos e dificuldades

A análise por redes fornece ao investigador um instrumento objetivo para identificar conexões (relações ou laços) entre pontos (atores ou nós) no interior de um determinado sistema. Tomando-se por base as indicações de Marshall (1998, p. 447), o conceito de redes em processos migratórios pode ser utilizado sob pelo menos três perspectivas distintas, não excludentes entre si – pelo contrário, complementares. A utilização de uma ou outra abordagem dependerá do problema empírico concreto a ser enfrentado. Em primeiro lugar, estudos de difusão exploram a configuração de determinados fluxos-chave, perseguindo sua propagação no interior das redes. Um desses fluxos, bastante caro à análise de processos migratórios, é, como já mencionado anteriormente, o da informação, seja ela mais ou menos confiável.

Em segundo lugar, a chamada perspectiva sistêmica leva em consideração todos os participantes da rede, focalizando sua própria estrutura, como fez Granovetter (1973) ao identificar a importância dos “laços fracos” para se obter informação sobre trabalho. Esse autor argumentou que informações relevantes para esse fim são trazidas por indivíduos que têm acesso a diferentes fontes de informação, e não por aqueles do círculo mais próximo de relacionamento, que tendem somente a trazer informações redundantes. Nesse sentido, Ambrosini (2005), atentando à prevalência de laços fortes, derivados de vínculos familiares ou de conterraneidade no interior das redes migratórias, observa que tais redes sociais nos países de destino expressam uma combinação de fragilidade e força. De um lado, o *capital social de solidariedade*, que produz sustentação mútua entre os integrantes da rede, pode ser alto, mas, em muitos casos, conspícuo. De outro, o *capital social de reciprocidade*, derivado das relações tecidas externamente à rede, com outros grupos, e muitas vezes crucial à mobilidade social, é débil.

Nessa operação, vinculam-se atributos e oportunidades a posições que o ator social ocupa em uma dada estrutura relacional. Além de a posição de um ator em uma dada rede social determinar em boa medida o grau de autonomia ou dependência deste relativamente aos demais, ela configura a estrutura de oportunidades desse ator no que diz respeito à facilidade de acesso a recursos de outros atores situados na rede ou fora dela. Em outras palavras, a forma das redes condiciona concretamente as relações dos indivíduos em interação. Assim, conforme argumentou Rocha-Trindade,

[...] se numa determinada rede cada ator possui recursos valorizados pelos restantes atores e se cada vínculo representar a possibilidade de obter esses recursos, então a estrutura da rede representa uma estrutura de oportunidades determinante para o comportamento dos atores em presença [...]. Quer isso dizer que há um contexto macroscópico que estabelece condições estruturais, mas que no nível microscópico as decisões migratórias são influenciadas pela participação em redes sociais que proporcionam o acesso dos atores a determinados recursos, nomeadamente assistência e informação (1995, p. 91).

Por fim, e de modo semelhante, redes egocêntricas identificam o escopo das relações sociais elaboradas em torno de um único ator, definido como um “nó” em meio a uma configuração estelar (cf. Degenne e Forsé, 1999). Elas podem apoiar a construção de perfis biográficos e exploram a teia de relações tecidas por um único indivíduo ao longo de sua trajetória de vida,

como fez Devoto (2004) ao chamar a atenção para o papel-chave de intermediários e articuladores entre grupos sociais distintos, nomeadamente entre colônias de imigrantes e elites nativas em Buenos Aires. Ou, ainda, como estabeleceu Soares (2002) de modo mais sistematizado, ao analisar a centralidade da microrregião de Governador Valadares nos fluxos de brasileiros emigrados para fora do país.

Do ponto de vista das críticas, alguns autores (cf. Light, Bhachu e Karageorgis, 1993) ressaltam a maior facilidade do conceito de explicar a continuidade de fluxos já estabelecidos do que propriamente o movimento de pioneiros em direção a um determinado destino. Em outros termos, o modo como determinadas redes identificam, escolhem e se dirigem a novos destinos quando os anteriores se mostram saturados.

No caso da imigração subsidiada para São Paulo, em particular, é aplicável e particularmente relevante atentar para a crítica que Goss e Lindquist (1995) formulam ao conceito de redes, ao sugerirem que ele enfatiza demasiadamente as dimensões informais dos processos que produzem a emigração, relegando a segundo plano o papel das agências e das instituições formais promotoras dos deslocamentos. Há autores, como Nugent (1995), que sustentam, por exemplo, que o Brasil somente se incluiu entre os mais importantes países receptores da imigração em massa – ao lado dos Estados Unidos, da Argentina e do Canadá – graças à imigração subsidiada promovida institucionalmente pelo governo paulista. Ou pense-se, ao contrário, nas restrições impostas por governos europeus à própria imigração subsidiada para o Brasil (Decreto Prinetti na Itália, por exemplo). Constrangimentos ou favorecimentos desse tipo, associados às diferentes doutrinas ideológicas que acabam constituindo a carne e o osso das políticas migratórias para qualquer período ou nação, certamente conformam a face institucional dos processos migratórios⁴.

Por outro lado, experiências migratórias associadas a situações de extrema penúria e dificuldade nas regiões de origem dos imigrantes, provocadas por uma multiplicidade de fatores atuando simultaneamente, como sugeriu Franzina (2006) em seu livro recentemente traduzido ao português, que enfoca a emigração de colonos provenientes do Vêneto, ainda que não invalidem, obviamente trazem para outro prisma a utilização do conceito de redes migratórias.

Um aspecto relevante nessa discussão é a existência também de dificuldades na aplicação concreta do conceito de redes aos estudos migratórios, sobretudo quando estes são estudados sob uma perspectiva histórica, já que

4. No caso brasileiro, atente-se, por exemplo, aos trabalhos de Seyferth (1996), entre outros, além das coletâneas sobre políticas migratórias organizadas por Boucault e Malatian (2003) e Sales e Salles (2002).

é sempre mais problemática, nesse caso, a utilização de fontes capazes de reconstituir com alguma fidelidade e de modo sistemático os laços sociais que prevaleciam entre os migrantes, as informações a que tinham acesso e, sobretudo, a mentalidade que as avaliava.

Mesmo entre autores que se dedicam ao estudo de migrações contemporâneas, é comum se combinarem perspectivas distintas para explicar o processo social das migrações. Massey *et al.* (1987), por exemplo, sugerem que processos migratórios se iniciam com desequilíbrios macroestruturais entre regiões de origem e destino, mas são sustentados por fluxos contínuos de trocas (sobretudo interpessoais), alimentados pelas redes sociais. Assim, embora uma abordagem “pura” das redes sociais em processos migratórios descarte uma análise *a priori* do perfil dos migrantes segundo *atributos* (cor, idade, sexo, nível de renda, profissão etc.), para se ater essencialmente à análise das *relações* entre indivíduos (cf. Fazito, 2002), é mais comum que, diante do desafio de explicar um sistema migratório concreto, o investigador se valha de paradigmas distintos para dar conta de determinadas situações empíricas.

Considerações finais

Cadeias e redes são instrumentos poderosos para explicar por que alguns locais de destino se vinculam fortemente a outros locais de origem dos imigrantes. Em outras palavras, dada uma determinada localidade de partida, é justamente o vigor com que operam as redes e as cadeias o fator decisivo que canaliza o fluxo preferencialmente a determinados destinos (cf. White e Woods, 1980), conformando-se então um sistema migratório (cf. Hoerder, 1999).

O aspecto mais importante, privilegiado nas análises segundo essa perspectiva, são as relações entre os indivíduos, e não os atributos de cada um deles. O ponto fundamental é buscar, a partir de cada indivíduo, a identificação de sua rede de relações. Assim, o conceito de redes concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão da estrutura social entendida como estrutura de relações, o que é bastante diferente de imaginá-la como estruturada segundo categorias agregativas.

A adoção de uma perspectiva de redes interessa a todos os que se ocupam dos fenômenos migratórios, tanto no presente como no passado. Em primeiro lugar, porque eles normalmente ocorrem segundo critérios bastante seletivos por origem e tipo de imigrante. Em segundo, porque em geral tais

fenômenos não acontecem isoladamente como resultado de decisões individuais, mas de grupos de pessoas relacionados por familiaridade e destino comum. Esses grupos não eram meras categorias – homens ou mulheres, jovens ou idosos, habilitados ou não habilitados, pobres ou ricos, solteiros ou casados, militantes ou apolíticos, crentes ou agnósticos. Claro que indivíduos migraram, às vezes, sozinhos. Mas o fizeram como participantes de um processo social que se estendia muito além deles próprios. É esse o sentido da afirmação de Tilly: “não são os indivíduos que emigram, mas sim a rede” (1990, p. 84). Além disso, o modo como enfrentaram no passado, ou enfrentam hoje, os desafios na nova terra indica que se valeram amplamente de laços prévios. Buscando aprofundar a maneira como oportunidades estruturais se traduzem concretamente em ações familiares e individuais, a perspectiva de redes pode iluminar e oferecer explicações bastante satisfatórias a todas essas questões.

Referências Bibliográficas

- ALVIM, Zuleika. (1986), *Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo, Brasiliense.
- AMBROSINI, Maurizio. (2005), *Sociologia delle migrazioni*. Bologna, Il Mulino.
- BAILY, Samuel S. (1985), “La cadena migratoria de los italianos en la Argentina”. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu & MALATIAN, Teresa. (2003). *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar.
- BAINES, Dudley. (1994), “European emigration, 1815-1930: looking at the emigration decision again”. *The Economic History Review*, 47 (3): 525-44.
- BERTONHA, João Fábio. (2005), *Os italianos*. São Paulo, Contexto.
- BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu & MALATIAN, Teresa. (2003), *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar.
- BOYD, M. (1989), “Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda”. *International Migration Review*, 23 (4): 853-876.
- BRETTELL, Caroline B. (1986), *Men who migrate, women who wait: population and history in a Portuguese parish*. Princeton, Princeton University Press.
- BRETTELL, Caroline B. & HOLLIFIELD, James F. (2000), *Migration theory: talking across disciplines*. Nova York, Routledge.
- CHOI, Keum Joa. (1991), *Além do arco-íris: a imigração coreana no Brasil*. São Paulo. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP.
- DEGENNE, A. & FORSÉ, M. (1999), *Introducing social networks*. Londres, Sage.

- DEVOTO, Fernando. (1988), "Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino". *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 8.
- _____. (2004), *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana.
- DEVOTO, Fernando & ROSOLI, Gianfausto (orgs.). (1985), *La inmigración italiana en la Argentina*. Buenos Aires.
- FAUSTO, Boris. (1998), "Imigração: cortes e continuidades". In: NOVAIS, Fernando A. & SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil* (vol. 4), *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FAZITO, Dimitri. (2002), "A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade". *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*.
- FRANZINA, Emilio. (2006), *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas, Unicamp.
- GOSS, J. & LINDQUIST, B. (1995), "Conceptualizing international labor migration: a structuration perspective". *International Migration Review*, 29 (110): 317-351.
- GRANOVETTER, Mark S. (1973), "The strenght of weak ties". *The American Journal of Sociology*, 78 (6): 1360-1380.
- GRIECO, M. (1987), *Keeping It in the family: social networks and employment chance*. Londres, Tavistock Publications.
- HOERDER, Dirk. (1999), "From immigration to migration systems: new concepts in migration history". *OAH Magazine of History*, outono, pp. 5-11.
- KELLY, P. F. (1995), "Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration". In: PORTES, A. (org.). *The economic sociology of immigration*. Nova York, Russell Sage.
- KNOWLTON, Clark S. (1961), *Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial*. São Paulo, Anhembi.
- LEVI, Giovanni. (2001), "On microhistory". In: BURKE, Peter (org.). *New perspectives on historical writing*. The Pennsylvania State University Press, pp. 97-119.
- LIGHT, Ivan, BHACHU, Parminder & KARAGEORGIS, Stravos. (1993), "Migration networks and immigrant entrepreneurship". In: LIGHT, Ivan & BHACHU, Parminder (orgs.). *Immigration and entrepreneurship: culture, capital and ethnic networks*. Londres, Transaction Publishers, pp. 25-49.
- MACDONALD, L. & MACDONALD J. S. (1964), "Chain migration, ethnic Neighborhood formation and social networks". *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII (1): 82-96.
- MARSHALL, Gordon. (1998), *A dictionary of sociology*. Oxford, Oxford University Press.
- MARTES, Ana Cristina Braga. (2000), *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra.

- MASSEY, Douglas. (1988), “Economic development and international migration in comparative perspective”. *Population and Development Review*, 14: 383-413.
- MASSEY, Douglas *et al.* (1987), *Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico*. Berkeley, University of California Press.
- MASSEY, Douglas *et al.* (1993), “Theories of international migration: a review and appraisal”. *Population and Development Review*, 19 (3): 431-466.
- MÍGUEZ, Eduardo. (1995), “Microhistoria, redes sociales y historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas”. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, CEMLA – IEHS, pp. 23-34.
- NUGENT, Walter. (1995), *Crossings: the great transatlantic migrations, 1870-1914*. Bloomington, Indiana University Press.
- OTERO, Hernán. (1992), “La inmigración francesa en Tandil: un aporte metodológico para el estudio de las migraciones en demografía histórica”. *Desarrollo Económico*, 32 (125): 79-106.
- RAMELLA, Franco. (1995), “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios”. In: BJERG, María & OTERO, Hernán (orgs.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil, CEMLA – IEHS, pp. 9-21.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. (1995), *Sociologia das migrações*. Lisboa, Universidade Aberta.
- SALES, Teresa & SALLES, Maria do Rosário R. (2002), *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Paulo, EdUFSCar/Sumaré.
- SAYAD, Abdelmalek. (2000), “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia – Revista do Migrante*, ano XIII (número especial), pp. 7-32.
- SEYFERTH, Giralda. (1996), “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- SOARES, Weber. (2002), *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Belo Horizonte. Tese de doutorado. Cedeplar/Face/UFMG.
- STARK, O. (1991), *The migration of labour*. Cambridge, Basil Blackwell.
- TILLY, Charles. (1978), “Migration in Modern European History”. In: MCNEILL, William H. & ADAMS, Ruth S. (orgs.). *Human migration, patterns and policies*. Indiana University Press, pp. 48-72.
- _____. (1990), “Transplanted networks”. In: YANS-MCLAUGHLIN, Virginia (org.), *Immigration reconsidered: history, sociology and politics*. Oxford, Oxford University Press, pp. 79-95.
- TRENTO, Angelo. (1989), *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo, Nobel.

- TRUZZI, Oswaldo. (1997), *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2001), "Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo". *Estudos Históricos*, 28: 143-166, CPDOC-FGV, .
- WHITE, Paul & WOODS, Robert. (1980), "The foundations of migration studies". In: _____ (orgs.). *The geographical impact of migration*. Londres, Longman.

Resumo

Redes em processos migratórios

O conceito de redes vem sendo crescentemente utilizado na análise de fenômenos migratórios passados e atuais. Esse artigo procura recuperar a gênese de utilização do conceito nessa área, chamar a atenção para as vantagens associadas ao emprego do conceito em relação a outras abordagens, bem como discutir os usos e as dificuldades associadas à sua aplicação, tanto nas regiões de origem como nas de destino.

Palavras-chave: Redes migratórias; Cadeias migratórias; Tipologias migratórias; Capital social; Mobilidade social.

Abstract

Exploring the concept of networks in migration processes

The concept of networks has been increasingly deployed in the analysis of past and present migration processes. This paper traces the emergence of the concept in this field, emphasizing its advantages (compared to other approaches) and discussing its use in the study of both sending and receiving regions.

Keywords: Migration networks; Migration chains; Migration typologies; Social capital; Social mobility.

Texto recebido em 21/11/2007 e aprovado em 11/1/2008.

Oswaldo Truzzi é professor dos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: truzzi@ufscar.br.